

Governo, Congresso e STF: clima de cada um por si

Ricardo Stuckert/PR

Acúmulo de atritos entre os três poderes agrava crise

O acúmulo de atritos entre governo, Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF) enfraqueceu alianças tácitas dos últimos anos e instalou um clima de “cada um por si” na reta final dos trabalhos do Legislativo em 2025 e às vésperas do ano eleitoral.

Um dos principais fatores de desestabilização foi a escolha de Lula (PT) pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, para uma vaga no STF.

A indicação contrariou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e alguns dos ministros mais influentes do Supremo, que queriam que Lula tivesse optado por Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Senado e Câmara

Desde que voltou a ser presidente, em 2023, o petista contou com respaldo da Corte e teve no Senado seu principal ponto de apoio no Legislativo.

A relação entre governo e Câmara, que já era atribulada, também se deteriorou com as votações da proposta que dificultava investigações contra congressistas, conhecida como PEC (proposta de emenda à Constituição) da Blindagem, e do projeto de lei antifacção.

No segundo episódio, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), colocou na relatoria do projeto o deputado e secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite (PP), um dos opositores mais voicais do governo. A escolha irritou Lula e seu entorno.

Rearranjo

Em meio à turbulência com outros poderes, a Câmara passa por um rearranjo interno. Motta rompeu com os líderes do PT, Lindbergh Farias (RJ), e do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ). Depois, isolou os dois partidos e criou um bloco com 275 deputados em torno de si.

Na quarta-feira (26), o estremecimento das relações entre poderes ficou claro com a ausência de Motta e Alcolumbre na cerimônia de sanção da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. A medida foi promessa de campanha de Lula e tem potencial de aumentar sua popularidade.



Relações entre Alcolumbre, Lula e Motta já foram melhoras

José Cruz/Agência Brasil

Falta de diálogo

Parlamentares ouvidos pela reportagem afirmam que choques são naturais, mas atribuem a escalação das crises à falta de diálogo e liderança dos chefes de cada poder, que deveriam tentar restabelecer o equilíbrio e os limites de sua atuação.

Outro sinal de deterioração do clima político foi dado na última quinta-feira (27), quando o Congresso derrubou vetos de Lula às novas regras de licenciamento ambiental. Na mesma semana, o Senado aprovou, contra a vontade do Executivo, projeto que regulamenta aposentadoria especial para agentes de saúde e expande gastos previdenciários.

Tanto a apreciação dos vetos quanto a aprovação da aposentadoria especial ocorreram em meio à tensão após a indicação de Messias.

Alcolumbre disse que não tomou nenhuma atitude por retaliação ao governo. Apesar disso, afirmou nos bastidores que contou 60 votos contra a indicação de Jorge Messias para o STF e que pode promover uma votação relâmpago com o objetivo de derrotar a indicação de Lula.

Segundo o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), os vetos na área do licenciamento ambiental foram pautados por “imposição da maioria dos líderes congressuais, da oposição e do centro”. Ele afirmou que não era interesse do governo votar a matéria, especialmente após a COP30.

O alinhamento entre a ala de Alexandre de Moraes no STF e o Palácio do Planalto, construído em larga medida graças à atuação



Indicação de Messias é um dos fatores da crise

José Cruz/Agência Brasil

do ministro nos processos que miraram Jair Bolsonaro (PL) e a trama golpista, também enfraqueceu diante da escolha de Messias.

STF

Moraes, que era entusiasta de Pacheco, vinha dando apoio a Alcolumbre na articulação para que o Senado rejeitasse o indicado. Na semana passada, Messias e o ministro conversaram por telefone na tentativa de aparar as arestas.

O também integrante da corte Flávio Dino é outro que manteria preferência por Pacheco. Outros ministros, mesmo os que também tinham simpatia pelo senador, indicaram apoio ao advogado-geral publicamente ou nos bastidores depois da indicação.

A relação entre o Supremo e o Congresso, por sua vez, tem sido desgastada principalmente por causa de ações de Dino que miram irregularidades em emendas parlamentares. A ação tem dificultado o envio de recursos federais às bases eleitorais e enfurecido deputados e senadores.

Mesmo a relação entre Câmara e Senado teve ao menos um

um poder excessivo da corte.

Motta e Alcolumbre, porém, têm se reaproximado. Aliados relatam que os dois foram à COP30 em clima amistoso.

Caldeirão

A cientista política Argelina Cheibub Figueiredo afirma que há “um caldeirão de fatores misturados” e que, nesse momento, a relação entre Executivo e Legislativo é a mais problemática.

Segundo a professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a crise não é necessariamente institucional, mas sim política, dado que há uma diferença ideológica grande entre a maioria do Congresso e o governo Lula. “O centrão hoje está indo para o lado da extrema direita, e isso por razões de eleição presidencial”, diz.

“É resultado de uma luta política. Com a maioria do Congresso com as posições políticas que eles têm, não espanta que estejam querendo contrariar o Executivo. Cada Poder está usando o poder político que tem. O governo está disposto a negociar, mas não a ser barrado ou impedido em alguma coisa por um desses dois presidentes [Motta e Alcolumbre]”, afirma.

Figueiredo diz ainda que o embate tem relação com a eleição porque os candidatos estão sendo definidos e a direita está desnorteada e dividida. “[A direita] está tentando acertar isso, tentando ver se eles se tornam mais coesos contra o governo.”

Caio Spechoto, Carolina Linhares, Ranier Bragon e Raphael Di Cunto (Folhapress)